

PERGUNTA ESCRITA E-1049/04

apresentada por Maurizio Turco (NI), Marco Pannella (NI), Benedetto Della Vedova (NI) e Olivier Dupuis (NI)
à Comissão

Objecto: Actividades dos serviços secretos chineses contra os dissidentes uigures residentes na Alemanha

Considerando que, de acordo com fontes geralmente bem informadas:

1. A contra-espionagem alemã, Bundesverfassungschutz (BfV), está preocupada com as actividades dos serviços secretos chineses contra os dissidentes uigures estabelecidos na Alemanha;

2. No início de Fevereiro, o Gabinete do anti-terrorismo chinês do Ministério da Segurança Pública (Gonganbu) apresentou a Pequim um relatório sobre as actividades das organizações separatistas uigures do Xinjiang (Turquestão oriental), e segundo este relatório:

2.a o East Turkestan Information Center (ETIC), dirigido por Abudujelili Kalakash, treina guerrilheiros para o Xinjiang

2.b o World Uygur Youth Congress (WUYC) de Dolqun Isa formou separatistas armados numa base secreta do Nepal e acusa Dolqun Isa de ser responsável pelo assassinio em 2002 de Wang Jianping, diplomata da embaixada chinesa no Quirguizistão;

3. O ETIC e o WUYC bem como o East Turkestan Union in Europe (ETUE) de Asgar Can e o East Turkestan National Congress (ETNC) de Enver Can se encontram todos na região de Munique;

4. Enver Can é também dirigente do Partido Radical Transnacional organização com estatuto consultivo de 1º nível junto do Comité Económico e Social das Nações Unidas;

5. O BfV teme que o serviço da Segurança de Estado chinês (Guoanbu), ao acusá-los de serem aliados de Al Qaeda a fim de conseguir, pelo menos, a sua expulsão, organize assassinios contra os dirigentes uiguri residentes na Alemanha, tal como sucedeu em Junho de 1999 quando uma sinóloga do Ostasienkunde, Violetta Zhang, foi morta em Munique em condições misteriosas,

Poderá a Comissão informar se tem conhecimento dos factos supramencionados e se, em caso negativo, tenciona perguntar às autoridades alemãs que iniciativas tomaram para evitar que cidadãos legalmente residentes num país da União sejam vítimas dos serviços de um país terceiro?